



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª
(CENTÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE NOVEMBRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

– Ata da 100ª Sessão Ordinária.

Convido todos os presentes na galeria, servidores da imprensa, Parlamentares, a ficarem de pé para realizarmos um minuto de silêncio em memória do servidor Ronaldo Luiz Leite de Freitas, que, com sua dedicação e empenho, prestou relevantes serviços ao nosso Poder Legislativo.

(Um minuto de silêncio.)

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho em mãos um documento que revela o submundo da política do Distrito Federal. Vimos aí constantes ataques ao Governador Agnelo Queiroz. Falavam, falavam. Anunciavam, durante a campanha e agora mesmo, durante o mandato, que tinham vídeos contra o Governador Agnelo Queiroz. Eu, agora, tenho em mãos um documento – vou distribuí-lo para a imprensa – que diz o seguinte – Deputado Patrício, isto é grave, porque envolve a Câmara Legislativa –: “A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, no âmbito da Câmara Legislativa, no uso das suas atribuições, que lhe conferem o art. 67 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem colher o depoimento do Sr. Daniel Almeida Tavares, profissão comerciante, 35 anos, natural de Brasília, filho de Darlei Flores Tavares e Maria José Almeida, e o faz nos seguintes termos: que, no dia 23 de outubro de 2011, procurou esta Comissão para expor os seguintes fatos...” Ele faz toda uma narrativa dos fatos. Só que quem colheu o depoimento esqueceu que o dia 23 era domingo. E, pelo que me consta, esta Casa não funciona no dia de domingo. Mas esse Sr. Daniel, segundo estou informado, no dia de hoje, deu uma entrevista para a *TV Record* que foi exibida no programa do competente jornalista Henrique Chaves. Nessa entrevista, ele disse que foi procurado e que teriam preparado esse depoimento na casa, segundo ele – palavras dele; está lá na *Record* –, de um irmão da Deputada Eliana Pedrosa. Palavras do Daniel. Disse ainda que estava na reunião o chefe de gabinete da Deputada Eliana Pedrosa. E ele cita mais, gente. Disse que estava lá a Deputada Celina Leão e que lhe foi oferecido – isto é grave! – um premiazinho – palavras dele – de 400 mil reais. Quatrocentos mil reais para envolver o Governador Agnelo Queiroz nessa farsa. Ofereceram a ele também um salário de 10 mil reais durante um ano e um aluguel de 4 mil reais, para ele morar em Águas Claras. Mesmo assim, ele se negou a assinar. Alguém pegou esse depoimento e o encaminhou ao meu gabinete, no dia de ontem, à tarde, e mandou também um vídeo em que o Sr. Daniel – não o conheço, nunca conversei com esse Sr. Daniel – afirma que não existe absolutamente nada da parte dele contra o Governador Agnelo Queiroz.

Deputados Joe Valle e Wasny de Roure, vou encaminhar esse depoimento e esse vídeo à polícia, porque quero uma investigação com isenção. Alguém vai pagar por isso. Alguém que tentou armar, tramar, desestabilizar o Distrito Federal, desestabilizar o Governador Agnelo Queiroz vai pagar por isso. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa não é para esse tipo de papel. Por isso, tem que haver uma investigação!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Deputado Patrício, esta Casa tem a obrigação de investigar isso. São palavras dele dizendo que Deputadas e funcionários pegaram o depoimento, ofereceram dinheiro para que ele incriminasse o Governador Agnelo Queiroz. Solicito, encarecidamente, a V.Exa., Deputado Patrício, como Presidente desta Casa, porque isso aqui é grave, que requeira à Polícia Civil do Distrito Federal uma investigação. E quero mais, quero que isso aqui, Deputado Patrício, seja encaminhado também à Polícia Federal.

Não pode ser esse tipo de coisa! O jogo político não é esse! Não se deve tentar desestabilizar um governo democrática e legitimamente eleito! Democrática e legitimamente eleito é o Governo do Distrito Federal, hoje, comandado por Agnelo Queiroz.

Portanto, Presidente, Deputado Patrício, a farsa começa a mostrar a sua cara. A casa começa a cair. A era dos dossiês e das armações acabou, porque este governo não aceita chantagens. Esse governo não será chantageado! Agora, quem produziu isso aqui terá de pagar pela produção que fez. Não é para isso que existe a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que o nome já diz. Não é para isso que existe o Poder Legislativo. Não é esse tipo de armação que pode ser feito. Informalmente, o Deputado e Promotor Chico Leite me dizia que isso aqui, comprovada a sua veracidade, é pior do que homicídio, porque é um assassinato da honra de um ser humano. É o assassinato da honra de um governador de estado.

Portanto, Presidente Deputado Patrício, são palavras. Está aqui o depoimento. O cidadão deu uma entrevista. Saiu agora, ao meio-dia, no programa do Henrique Chaves, dizendo que tentaram comprá-lo para que ele assinasse isso. Ele disse. Eu não estava lá na entrevista. Não o vi. Não o conheço pessoalmente. Se ele entrar neste plenário agora, eu não sei quem é. Mas achei muito bom que esse material chegasse às minhas mãos, porque se há algo por que eu primo é por combater injustiça, ilegalidade e imoralidade. E esta é uma ilegalidade e uma imoralidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência e a Mesa desta Casa solicitam a V.Exa. o documento que V.Exa. acabou de mostrar em plenário e também este DVD, para que possamos analisar. Esta Casa não se furtará, em nenhum momento, de nenhum tipo de investigação contra qualquer que seja. Eu já estive na Presidência desta Casa em outros momentos e vou continuar agindo da mesma maneira, com coerência, muita tranquilidade e equilíbrio.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, entendo que o Deputado Chico Vigilante falou pela Liderança do PT.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Isso, pela Liderança do PT/PRB.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, eu pediria aos colegas, se fosse possível, se eu não estiver na ordem, para falar pela Liderança do PSD neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, por cinco minutos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Líder do Bloco Avanço Democrático. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, galeria, servidores, enfim, todos os presentes a esta sessão, o Deputado Chico Vigilante e eu nos conhecemos há muitos anos, há mais de vinte ou trinta anos. O Deputado Chico Vigilante é sabedor de que esses não são os meus métodos.

É óbvio que em determinado momento nada implica que a pessoa mude ou contrarie o seu DNA, mas não foi esse o caso. E assim como ele, eu já faço aqui de pronto, me convido junto com o Deputado Chico Vigilante, para irmos à Polícia Civil, irmos à Polícia Federal e irmos ao Ministério Público, porque eu acho que esta questão agora tem de ser apurada. Apurada, porque já deveria ser apurada, porque envolvia o nome do Governador e agora envolve o nome de duas Parlamentares desta Casa. E eu vou relatar aqui o que eu sei sobre esse caso neste momento.

Eu fui procurada pelo Sr. Daniel. Ele me dizia que estava preocupado com a sua vida, porque um carro o seguiu e ele fez uma ocorrência policial na cidade onde mora, não sei se é Valparaíso. Ele tomara conhecimento de que havia um convite ou uma convocação da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa. Eu falei a ele que o foro não era comigo, se convite ou convocação, porque eu não tenho certeza se foi convite ou convocação, fora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. E levei o conhecimento do caso à Deputada Celina Leão.

Era um domingo de fato, Deputado. E eu gostaria de saber se V.Exa., recebendo uma pessoa que dizia estar em risco de sua vida e de sua família, esperaria uma segunda-feira? Foi nesse contexto que eu encaminhei o Sr. Daniel para a Deputada Celina Leão. Em nenhum momento – eu desafio o Sr. Daniel, faço qualquer acareação e gostaria que ela fosse feita aqui agora, ou na Polícia Federal ou na Polícia Civil, onde quer que seja – foi oferecida para qualquer vantagem para que ele o fizesse. Muito pelo contrário, depois que ele fez a sua declaração, ele fez um pedido e disse que só assinaria se recebesse. E nós não concordamos com isso.

Por isso é que inclusive nem veio à tona o que ele declarou, que não foi nada diferente do que ele já havia declarado para a revista *Veja*, que não foi nada diferente do que saiu no *blog* do João Dias, e que talvez muitas outras pessoas dessa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

cidade tenham ouvido. Nada diferente, não tem uma linha diferente do que já havia saído anteriormente e que toda a cidade já comentava — nada. Mas nós não levamos o caso à frente porque ele falou que, para assinar o depoimento, ele queria dinheiro. E nós falamos: “Não tem isso!”

É tudo o que eu sei e estou absolutamente tranquila, porque não acho que o comportamento de um Parlamentar – e não tenho usado essa tática até agora – é vir aqui fazer acusações infundadas, dar crédito a pessoas que às vezes não merecem crédito. E a gente procura realmente saber se o que vem de informação tem consistência.

Esses são os fatos, Deputado Chico Vigilante. Se V.Exa. quiser sair agora para a polícia, vamos sair agora. Mesmo porque o dinheiro não foi depositado na minha conta, nem saiu dinheiro da minha conta para ninguém. Então, eu não aceito acusações vãs. Agora, eu sei que isso vai ser decidido com uma averiguação aprofundada, que eu quero – eu faço questão.

E isso é tudo, com muita tranquilidade. Procurada, não me furtei ao meu papel de agente público. Encaminhei para o fórum competente, o fórum competente tomou o depoimento e, inclusive, não fez divulgação porque a pessoa ao final do depoimento, depois que tinha encerrado o depoimento, pediu, sim, dinheiro. E não se concordou. Eu não concordei, a Deputada Celina Leão não concordou e jamais concordaríamos com isso.

Então, Deputado Chico Vigilante, convido V.Exa. agora a sairmos juntos para a polícia para que, finalmente, com esses fatos todos, com uma investigação séria, como eu creio que tenha a Polícia Civil, como eu sei que tem a Polícia Federal, como eu sei que o Ministério Público faz, cheguemos à verdade dos fatos.

Saberemos se o que ele relatou a mim – e à Deputada Celina Leão depois, porque eu não estava presente, já no âmbito de uma oitiva da Comissão – é a mesma informação que ele deu anteriormente a alguns meios de comunicação e que falava abertamente por toda a cidade.

Eu estou à sua disposição, Deputado Chico Vigilante, para sair desse Plenário agora para irmos à Polícia.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada Eliana Pedrosa, acredito que a forma que tem acontecido a política aqui do Distrito Federal... O estado, da forma que estamos vivendo; o estado policialesco, como estamos vivendo aqui no Distrito Federal, e chegar...

Eu desafio aqui, Deputado Chico Vigilante. Eu desafio, eu coloco a quebra do meu sigilo telefônico. Eu quero saber se o Daniel quebra o dele. Eu coloco à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

disposição da Polícia Federal a quebra do sigilo da minha conta bancária. Eu quero saber se o Daniel quebra o dele a partir de ontem. Porque quem entrou em contato com a Comissão, ontem, quando eu estava inclusive na Superintendência da Polícia Federal, sendo atendida pela Dra. Silvana, para levar os fatos, que são graves, relatados pelo Daniel... E relata com detalhes, Deputado Chico Vigilante. Com detalhes! Com detalhes, na linha do tempo.

Se tem alguém que quer explicação, é a sociedade do Distrito Federal. Por que, no mesmo dia em que o Governador Agnelo recebe um depósito de 5 mil reais, ocorre a liberação de um certificado para o funcionário da empresa que ele recebeu recurso em sua conta? É no mínimo, imoral! É no mínimo, imoral! Um diretor da Anvisa receber 5 mil reais de um funcionário de uma empresa que precisava de um documento de dentro da Anvisa. Se ele estava emprestando dinheiro, se ele estava praticando agiotagem, esse não é o papel de um diretor da Anvisa.

Eu faço outra proposta para V.Exa., Deputado Chico Vigilante. Se V.Exa. quer averiguação, vamos então instalar uma CPI da Anvisa, já que a CPI do Segundo Tempo ninguém quer assinar. Vamos assinar aqui, hoje, a CPI da Anvisa para buscarmos os documentos, para sabermos quais eram os relatórios entregues na Anvisa, de que forma eram entregues.

O Daniel fez contato ontem. Tem mensagem dele para o celular do secretário-geral da Comissão falando que ele viria aqui fazer um depoimento oficial. Assim que a mídia noticiou – e ela estava toda aqui –, o Daniel não aparece e o seu advogado liga. Era como se fosse um leilão das informações que ele tinha. E parece que ele achou quem pagasse pelo leilão, porque ele, hoje, vai à imprensa e dá uma exclusiva desmentindo tudo o que ele já falou para a *Época*, para a *Veja* e para mim, e que está gravado. Essas informações que estão gravadas vão estar hoje na mão da Polícia Federal. Não tem ninguém que quer mais que isso seja esclarecido do que eu. A Polícia Federal tem que fazer a quebra do sigilo telefônico, sim, do Daniel Tavares para ver com quem ele conversou, inclusive de ontem para hoje. Porque o que está acontecendo, hoje, aqui no Distrito Federal, da forma como esta acontecendo, nós vamos desmoralizar a Oposição. Temos de desmoralizar é o agente público que recebe dinheiro de transferência eletrônica daquele que presta serviços.

O que esta acontecendo no Distrito Federal, da forma como está acontecendo, eu já vi isso no passado, quando o governador tentou impedir investigação e acabou preso. Foi isso que aconteceu no Distrito Federal, na investigação da Caixa de Pandora.

Eu me coloco à disposição. E sou a primeira a querer esclarecimentos. E escutei, sim, o Daniel Tavares. Ele dá detalhes! E ele não dá detalhes somente da questão da transferência, não, ele dá detalhes na linha do tempo. E outra coisa, quem tem os detalhes dele também é a revista *Época*, tem o áudio. Então, agora, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

que ele falou para mim, para a *Veja*, e o que ele falou para a *Época* foi tudo pago? Isso é um absurdo o que está acontecendo!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Chico Vigilante, deixa eu terminar o meu aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Este é o momento de aparte, Deputado Chico Vigilante.

Eu vou pedir inclusive que V.Exas. não extrapolem muito o tempo, pois estou sendo complacente para fazermos o debate. Portanto, vamos aguardar o término do aparte da Deputada Celina Leão para darmos continuidade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ontem eu estava, às 9h da manhã, e isso pode ser comprovado na recepção da Polícia Federal, levando as informações, e o Daniel entrou em contato com o nosso gabinete. E, se quebrar o sigilo telefônico, vai pegar. E ele marca de estar aqui às 11h, mas ele não comparece às 11h. Só que, se ele acha que pode fazer com esta Câmara Legislativa ou com os Parlamentares o que ele pensa que fez com a imprensa, dar um depoimento e depois voltar atrás, a Câmara Legislativa, como bem falou o Deputado Chico Vigilante, é uma Casa de Leis. Tem vários Deputados aqui que não vão manchar o seu nome e nem a sua honra.

A imoralidade de ele falar... Eu estive com esse cidadão uma vez só. Pessoalmente, uma vez só. Foi quando ele fez todas as denúncias que fez. E coloco à disposição o meu sigilo telefônico.

Eu estou saindo daqui hoje, estou indo à Polícia Federal, porque tem que ter a investigação da Polícia Federal. O que está acontecendo no Distrito Federal é algo gravíssimo e quem quer o esclarecimento dos fatos, mais do que qualquer outra pessoa, porque já havia solicitado a investigação da Polícia Federal, sou eu.

Muito obrigada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra, e não é aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Para eu conceder a palavra, tem que ser aparte, a Deputada Eliana Pedrosa ainda não concluiu a fala dela.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Deputada Eliana Pedrosa, permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, veja que mundo absurdo a que nós chegamos. Eu sou integrante titular da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Parlamentar, sou titular desta Comissão, e estou tomando conhecimento neste momento de que o cidadão foi ouvido pela Comissão. Que comissão, se eu não fui chamado em nenhum momento para participar de uma reunião? Que comissão? Domingo, na casa de uma pessoa que não tem nada a ver com a Câmara? E mais, Deputada, se o cidadão – V.Exa. estava lá, V.Exa. já disse que estava lá, mesmo não sendo da Comissão...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi na minha casa, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Se o cidadão disse no momento que só assinaria se vocês pagassem, por que vocês não o prenderam? Deputado é autoridade! Na hora em que o cidadão disse que só assinaria se vocês pagassem, vocês deveriam ter dado voz de prisão, recolhido-o para a delegacia do Lago, em seguida, para a carceragem da polícia especializada. Esse é o tipo de ação que tem que ser feito. Infelizmente, o depoimento que a Presidente da Comissão acaba de dar aqui consolida o que o cidadão disse, consolida o que o cidadão disse. Ela acaba de dizer que ouviu ele no dia de domingo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E ouviu.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – V.Exa. acaba de dizer que ouviu domingo porque não podia deixar para segunda-feira. Quer dizer, num dia de domingo, na casa de seu irmão, reúne...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Desculpe, Deputado, na minha...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Foi o que ele disse.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ah, o que ele disse, mas foi na minha casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ah, foi na sua casa, melhor ainda, na casa de uma Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, na casa de uma Deputada!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Melhor, na casa de uma Deputada!

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Na casa de uma Deputada.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Portanto, eu estou...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Na casa de uma Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Chico Vigilante, Deputada Eliana Pedrosa, estamos nos Comunicados de Líderes da Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Chico Vigilante está com um aparte.

Então, vamos fazer assim: S.Exa. concedeu o aparte, V.Exa. conclui, para que S.Exa. conclua e possamos conceder a palavra aos demais Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vou concluir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Veja a gravidade, Deputada Eliana Pedrosa, na casa de uma Deputada...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – ... uma reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, num dia de domingo, um sujeito pede dinheiro e V.Exas. não o prenderam? Não o prenderam?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não, não o prendemos, realmente, não. Eu não tinha...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Não o entregaram para a polícia! Não denunciaram a chantagem!

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não, Deputado, não.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ah, querem enganar a quem?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Não. Eu não quero enganar nem ao senhor, nem a ninguém. Nem ao senhor, nem a ninguém! O fato é que, se ao senhor ocorre prender, a mim não ocorreu prender. Simplesmente isso. Simplesmente nós não demos consequência naquilo que foi proposto. Simplesmente isso, mesmo porque eu não tinha nenhum documento ali.

Agora, Deputado Chico Vigilante, eu acho que o senhor está coberto de razão. Vamos apurar até o fim. Aqui ou onde quer que seja! E o convidado, nós já temos horário agendado na Polícia Federal, no Ministério Público e na Polícia Civil, V.Exa. está convidado a ir conosco. Assim como o senhor, eu quero apuração, a Deputada Celina Leão quer apuração e nós queremos a história completa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Deputada, eu gostaria de acrescentar que, em menos de 24 horas, esse cidadão mudou o teor do depoimento dele para a Deputada Celina Leão.

O *modus operandi* deste Governador está quando ele demite um comando da Polícia Civil depois de cinco dias que ele foi denunciado, que pegaram as gravações. Quero eu acreditar que o Governador do Distrito Federal, o Sr. Agnelo Queiroz, não cooptou esse cidadão para mudar esse depoimento. Aqui não é *show* pirotécnico de moralidade, não! São jornalistas que se arriscam todos os dias para, sim, dizer a verdade para Brasília e para o Brasil. Duvido, muito! Em 24 horas ele muda o teor do seu depoimento? Pior, outrora já havia sido ameaçado de morte. O que será que se passou, eu pergunto, em 24 horas, depois que ele disse que viria a esta Casa, até hoje? Está aí a pergunta, quero saber.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Vou solicitar a V.Exa. que conclua, até porque estamos nos Comunicados de Líderes; a duração é de 5 minutos, já se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

passaram 10. Vou solicitar a V.Exa. que conclua. O Deputado Chico Vigilante falou por 7 minutos, a Deputada Eliana Pedrosa já está falando há 12 minutos, então quero que conclua.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – O aparte é concedido por quem está fazendo os Comunicados de Líderes, e quem controla o tempo de falação do Líder ou do apartado é a Presidência dos trabalhos no momento. Depois, se V.Exa. quiser direito de resposta, solicite à Mesa, que poderá conceder ou não, mas não à Liderança que está falando no momento. *Ok?* Depois que a Deputada acabar, V.Exa. poderá solicitar, a Mesa analisará e verificará se é caso de direito de resposta ou não.

Ainda com a palavra a Deputada Eliana Pedrosa, nos Comunicados de Líderes.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Concedo aparte à Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concederei 2 minutos para concluir.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Para justificar a pergunta do Deputado Chico Vigilante como membro, cabe e compete ao Presidente de Comissão... Segundo o art. 78, Inciso XXX, qualquer Presidente de Comissão pode ouvir qualquer pessoa. Isso eu sempre deixei muito claro – que foi em um domingo. Deixei claro até para a *Folha*, para o *Estadão*, desde ontem. Eu não tenho o que esconder. Eu não tenho absolutamente nada a esconder.

Quem tem que explicar... Eu acho que tirar o foco de tudo o que está acontecendo é o que o Governador e o Líder da Bancada querem fazer, tirar o foco do grande escândalo que realmente ocorre no Distrito Federal, que é o depósito, a transferência eletrônica. Esse é o objetivo, e não esses detalhes que o Deputado Chico Vigilante coloca, demonstrando ausência total de conhecimento do Regimento da Casa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Era só isso. Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Foi citada aqui uma questão que não pode passar em branco, a questão da Polícia Civil do Distrito Federal. Temos nesta Casa o Deputado Wellington Luiz, temos o Dr. Michel, que é Delegado da Polícia Civil. Esta polícia, sob a gestão de Agnelo Queiroz, não será usada politicamente, não será! Em outras épocas foi; mas, no nosso Governo, não.

Quanto à mudança da direção da Polícia, foi nomeado o Delegado Onofre de Moraes, que tem 34 anos de polícia, com liberdade total de nomear todo o comando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

que ele quiser. É assim que se age. A mesma coisa foi feita no Rio de Janeiro pelo Governador Sérgio Cabral, e agora estamos vendo o resultado da gestão de Mariano Beltrame. É isso.

V.Exa. pode ter certeza, Deputada Liliane Roriz, quanto à gestão do Dr. Onofre, que V.Exa. conhece, sabe da seriedade dele, de que ele jamais se prestaria a qualquer papel que não fosse o de dirigir bem a Polícia Civil.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero dizer aqui que quem diz não sou eu, não, é a *Globo News*, é a *Bandeirantes*, é o *SBT*, é a *Record*, todos os meios de comunicação levantam esta dúvida: por que o comando da Polícia Civil foi trocado depois das declarações que a Polícia entregou aos jornalistas, à *Época*? Só isso, não sou eu que digo, não. São todos esses jornalistas aqui. Esta é uma dúvida minha e do Brasil inteiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Professor Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, na sua nova legislatura, a partir do início de janeiro, assumiu com a tarefa de trabalhar no resgate do Distrito Federal. É absolutamente incompreensível todo um processo que necessitamos fazer, que é a retomada da normalidade do Estado de Direito, com a credibilidade das funções públicas e com o pleno funcionamento das políticas públicas. Adentramos em um novo governo. Um novo governo que expediu, inclusive, uma nota no último domingo, no qual se passou a construir uma relação absolutamente transparente e democrática, tentando estabelecer com a sociedade, com os partidos políticos representados nesta Casa uma relação absolutamente transparente e uma relação de compromisso com a sociedade.

A saúde, que estava um verdadeiro caos, com pessoas morrendo sem que o Estado tivesse qualquer compromisso, de repente tornou-se esquecida das páginas dos jornais. A educação, sem falar no quadro caótico que passamos a enfrentar e, ao mesmo tempo, compromissos assumidos com vários segmentos de servidores públicos... O Governo do Distrito Federal, independentemente da responsabilidade que se deu – mas cuja execução ocorreu agora, no ano de 2011 –, assumiu essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

tarefa. O Governo Agnelo Queiroz não ficou reproduzindo, simplesmente, a explicação de fatos pretéritos como uma justificativa para não executar.

Sr. Presidente, no momento em que nós estamos nesse soerguimento do papel e da função do Poder Público em Brasília, em que esta cidade está se afirmando perante o cenário nacional e perante o cenário internacional, com a perspectiva da Copa, com a perspectiva da abertura da Copa das Confederações, passamos a ser alvo de sucessivos episódios, a partir do processo no qual esteve envolvido o Ministro Orlando Silva, posteriormente exonerado e, em seguida, querendo-se identificar toda a crise do Ministério do Esporte a partir da gestão de Agnelo Queiroz, particularmente no programa Segundo Tempo.

Ora, Sr. Presidente, o Ministério do Esporte não foi só responsável pelo Segundo Tempo. Houve outros programas, outras secretarias que tiveram, sim, execução de emendas, e recursos colocados no Orçamento da União. Ora, essa matéria, com muitas dúvidas levantadas, está em plena investigação. Ela está sendo averiguada, rastreada, identificada. A CGU está debruçada sobre essa matéria. Conheço várias entidades que têm sido visitadas pela CGU. Conheço várias entidades que foram arguidas – inclusive atos de ilegalidade, atos de incorreção –, arguição que precisa ser feita.

Contudo o que está ocorrendo, Sr. Presidente, não é só a tentativa de comprometer um governo legitimamente eleito, como o Governo Agnelo Queiroz; mais do que isso, é comprometer o próprio papel do terceiro setor. Um terceiro setor novo na sociedade, com interação ainda problemática, mas perfeitamente passível de retomar a normalidade e a verdadeira transparência necessária com o Estado. Portanto, Deputado Joe Valle, eu vim aqui para defender um governo que tem sido achacado, constrangido, intimidado, sem ter o devido processo da transparência executado.

Eu lamento, Deputada Celina Leão. V.Exa., no seu primeiro mandato, tem uma tarefa singular, que é conduzir a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar com a devida transparência. É importante, sim, o local da reunião, antecipadamente avisados seus membros. Fazê-lo público, assim como foi pública a audiência para a imprensa. Não podemos fazer uma reunião de comissão em casa de um Parlamentar ou em qualquer local escuso e fechado, a não ser previamente aprovada. Isso é, sim, solapar a credibilidade do Poder Legislativo. Isso é, sim, descaracterizar a função que recebemos quando eleitos e a confiabilidade que a população tem em nós.

Portanto, estamos diante de um problema seja na gestão do Ministério do Esporte, seja na gestão da Anvisa. Teremos que enfrentá-los no espaço necessário para seus gestores, para os executores e pelas entidades que assim receberam recursos e que não prestaram conta na devida responsabilidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Eu vi, Deputado Joe Valle, a denúncia sobre a entidade Cata-Ventos. Todos nós que militamos com o Terceiro Setor conhecemos o papel da Cata-Ventos. A Cata-Ventos foi denunciada por ter apoio do então Deputado Distrital Paulo Tadeu, hoje, Deputado Federal e Secretário do Governo. Eu me lembro muito bem disso, Deputada Eliana Pedrosa, porque conheço aquela entidade. A entidade é criminalizada porque quem no passado apoiou e contribuiu é inteiramente responsável pelas ações da entidade.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Vou concluir este raciocínio, Deputada Eliana Pedrosa.

Ora, é algo absolutamente irresponsável. Que se faça averiguação! A entidade terá suas contas julgadas. Ela deverá ser julgada, sim, mas que simplesmente não se envolva alguém que hoje está numa posição de expressão pública – e em que a população confia – simplesmente para dilapidar a sua autoridade moral, como estão fazendo com o Governador Agnelo Queiroz.

Deputada Eliana Pedrosa, ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu só queria deixar mais uma vez registradas a legitimidade e a legalidade da participação da Deputada Celina Leão, porque eu a chamei em função de eu ter sido procurada à noite e de o rapaz dizer que corria risco de vida. O Regimento da Casa aponta que o Presidente pode ouvir a pessoa.

Mais ainda, agimos com muita responsabilidade, porque, sendo da oposição, ouvindo o rapaz – pois não foi nesse domingo agora, eu não sou muito boa sobre a questão do tempo, foi ano passado, ao retrasado –, nós não levamos a notícia à frente até que pudesse haver uma apuração dos fatos por ele relatados, até que alguma documentação fosse apresentada.

Eu só gostaria de registrar esse ato de responsabilidade da Deputada Celina Leão frente à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa. Fizemos sempre com o intuito de não nos furtarmos ao papel de agente público e também de não partirmos para um denunciamento apenas por sermos da oposição, como eu já vi acontecer nesta Casa anos e anos, no período do Governo Roriz, que a qualquer assunto, a qualquer sopro era propalado que já era certo que ele era culpado.

Eu só queria fazer esse registro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Celina Leão e cada um dos colegas, em nenhum momento fiz qualquer expressão de que a reunião não se processou ou não teve sua validade, tanto teve que há todo esse cenário construído. Porém, citei, sim, e registro, Deputada, pela gravidade do momento, pela gravidade das informações, é um atropelo uma comissão que existe,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

que possui um conjunto de Deputados membros dela que são absolutamente atropelados até para que a matéria vá em primeira mão à imprensa, sem que a própria comissão tenha conhecimento dos fatos, a própria comissão tenha conhecimento dos fatos. V.Exa. há de entender que esse procedimento não encontra amparo dentro do Legislativo. Esse procedimento não encontra amparo na transparência.

Não quero achar que nenhum Deputado deixará de ter reuniões em suas casas a hora em que entender, sobre o tema que achar conveniente. Porém, acho, sim, que é usar de uma prerrogativa, que é coletiva e atribuída a uma comissão, para que se faça algo de maneira tão equivocada, de maneira tão hermética, não permitindo a devida transparência. Eu não acho isso correto.

Sr. Presidente, eu quero concluir a minha fala. A matéria em que fazem acusação ao Governador Agnelo Queiroz está no Superior Tribunal de Justiça, a matéria está junto ao Tribunal de Contas da União; a matéria é, essencialmente, Deputada Liliane Roriz, de caráter de informações federais.

Eu a admiro, Deputada Eliana Pedrosa. Sei que V.Exa. é uma Deputada de Oposição e a respeito, como respeito a Oposição, porque esse é o jogo democrático. Se não houver a Oposição, também não há democracia. Eu entendo isso. Mas não é ser achacado por um senador, como Brasília o foi, sem sequer ter tido uma postura de investigação, quando a sua atitude foi excluir o ex-Governador Arruda do seu partido como se estivesse dando à sociedade a devida explicação. A explicação é quando se apura (Palmas.); a explicação é quando se apuram os fatos e vai-se às devidas consequências.

Portanto, creio, sim, que o ex-Governador Arruda ainda tem muito a dizer, tem muito a dizer quando figuras do histórico Democratas, que agora já não é tanto Democratas, porque antes era PFL... Muitos nomes de âmbito nacional foram citados, e sobre isso ele não teve nenhuma preocupação, já que ele é tão probo por ser um Promotor do Ministério Público, o Sr. Senador Demóstenes.

Ora, Sr. Presidente, conluo. Acredito que a Câmara Legislativa tem todo um papel de participar desse debate. Contudo, Sr. Presidente, querer prejudicar o nosso processo de soerguimento de Brasília, de reconstrução esta cidade, é inadmissível. Por isso, sendo Situação ou sendo Oposição, tenho certeza de que nós vamos superar esse momento delicado, difícil. O Governador Agnelo fará suas devidas explicações, dará seus devidos detalhamentos. Em momento algum S.Exa. foi dúbio, titubeou em suas explicações ou fez qualquer contradição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, o Regimento Interno da Câmara Legislativa, no seu artigo 83,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

parágrafo 2º, diz o seguinte: “As reuniões extraordinárias serão comunicadas a todos os Deputados Distritais, com antecedência mínima de doze horas, designando-se, no aviso de convocação, dia, hora, local e objetivo.”

Portanto, é só para ficar claro, Presidente Deputado Patrício, que não houve uma reunião da comissão. Na verdade, houve uma reunião clandestina tentando pegar um depoimento. A clandestinidade imperou. (Palmas.)

E mais! Eu estou com uma entrevista, Deputado Wasny de Roure, concedida pelo ex-Governador Arruda à revista *Veja*, de que muita gente não lembra mais. O ex-Governador afirma todos os tubarões democratas a quem ele mandou recursos, entre eles o Sr. Demóstenes Torres. Ele até fala na entrevista que ninguém duvida da seriedade de Marco Maciel – eu também não duvido. Mas ele mandou, para ajudar no início da campanha, 150 mil reais.

Portanto, que autoridade tem Demóstenes Torres? Que autoridade tem Ronaldo Caiado? Que autoridade tem essa figura chamada de Grampinho, deputado do Democratas, para falar do Governador Agnelo?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, quero somente registrar que não foi uma reunião, foi uma oitiva da Presidente.

Todos nós queremos que haja investigação, concordo com V.Exa. Ninguém tem que ser crucificado, ninguém tem que ser considerado culpado sem investigação, e é isso que estamos buscando agora. É isso que vou buscar para que essa história tenha um princípio, um meio e um fim, e isso por uma instituição que possa agir de maneira isenta e que conclua a verdade dos fatos.

Muito obrigada.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, eu queria explicar que o que aconteceu sobre nós escutarmos o Daniel, já aconteceu no passado com a Deputada Erika Kokay, que escutou o Durval aqui na Casa, fora da Comissão, inclusive com notas taquigráficas. S.Exa. escutou sozinha o Durval.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Então, o que aconteceu, da forma que aconteceu, eu acho que talvez, Deputado, seja o menos grave. O grave são as informações, até porque eu já havia comunicado tudo à Polícia Civil e a Polícia Federal. Então, isso já está comunicado à Polícia Civil e à Polícia Federal.

Acho importante dizer aqui que o artigo da Casa me dá toda condição. Então, não existe ilegalidade, não existe nenhuma ilegalidade e nenhuma manobra política, até porque, quando o Daniel nos procurou, ele me falava sobre a ameaça de morte. Então, quero deixar bem claro que ele temia pela vida dele e, por isso, ele não queria vir publicamente até que tudo viesse a ser... até que ele tivesse toda a segurança.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Naturalmente, Deputada Celina, não quero entrar no debate dos pormenores que houve. Quando uma pessoa está sob ameaça de morte... Nós temos as autoridades policiais e judiciais. O Judiciário inteiro é responsável por encaminhamentos dessa natureza, que é o devido encaminhamento desse debate.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, há uma preocupação em cima de toda essa discussão, que é o problema da desmoralização das ONGs.

Eu conheço algumas pessoas que trabalham com ONG, que, inclusive, são voluntárias e que trabalham com atendimento odontológico na periferia, onde nem as crianças nem os pais têm condições de ir a um dentista. Esses voluntários estão simplesmente abandonando as funções, porque se acha agora que todo mundo que trabalha em ONG é picareta, vagabundo e está mexendo com dinheiro público.

A desconstrução do papel das ONGs sérias está afetada. E, a continuar essa campanha, provavelmente, serão extirpados todos esses trabalhos desenvolvidos até hoje.

O segundo aspecto – e todo ordenador de despesa sabe disso – é que não existe nem mesmo em uma paróquia onde for realizado uma inspeção de prestação de conta... Existem dois aspectos. Existe o aspecto das irregularidades, que são formais e são notificadas para que sejam corrigidas. Esse aspecto das irregularidades não é grave. V.Exa. estava tratando da Cata-Ventos. Todo e qualquer organismo que receba recursos, sejam eles federais ou estaduais, deve ser submetido a inspeções de órgãos fiscalizadores. Eu desconheço qualquer órgão que receba recursos, sejam federais, estaduais ou municipais, que passe por uma auditoria e não receba várias notificações de irregularidades para serem sanadas, mesmo porque é muito difícil um grupo de auditores sair para fazer uma fiscalização e não anotar uma série de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

irregularidades para serem corrigidas, porque senão darão a impressão de que foram fazer a inspeção e, na realidade, não fizeram, porque não anotaram nada.

O segundo aspecto, Deputado Chico Leite – V.Exa. é especialista e pode comprovar muito bem isso –, é quando há ilegalidade, quando alguma coisa foi feita de maneira ilegal e, portanto, houve uma falha grave. O que nós temos assistido é as inspetorias comprovarem irregularidades – que são falhas que tanto podem ser corrigidas quanto podem ser um equívoco das inspetorias, e o órgão vai lá, defende-se e comprova que aquilo realmente estava legal – como ilegalidades, que é quando é repassado o dinheiro e o serviço não é prestado ou é feita alguma malversação do dinheiro público. Existe essa grande diferença. O que acontece hoje é que todas as irregularidades, mesmo que sejam formais e não sejam de desvio de dinheiro, são tratadas como ilegalidades. Quando isso é levado ou colocado em jornal ou em televisão, tem-se um impacto muito grande, e não tem como você se defender. Você pode se defender em qualquer órgão fiscalizador, em qualquer tribunal, mas, da mídia, é muito difícil.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – O incrível, Deputado Agaciel Maia, é que essas entidades nem sempre têm o seu trabalho reconhecido e publicizado com o devido respaldo do Poder Público. Eu, particularmente, conheço várias entidades que trabalham no combate às drogas e no apoio aos dependentes químicos e nunca tiveram apoio do Estado. Enfrentam com dificuldade e estão aí de pé. Existem outras que tiveram...

Agora, nós temos que diferenciar o joio do trigo. Esse é o velho problema. Não tem uma regra geral para isso. A regra é caso a caso. Examinem a prestação de contas de cada uma. A própria revista *Veja* se deu conta e, numa manchete da última capa dela, diz, entre parênteses, que a maioria são entidades sérias, sem dizer exatamente quais são essas entidades, só que, da maneira como tratou o assunto, colocou no ralo da improbidade todas essas entidades. Isso é o que é lamentável, Sr. Presidente.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu quero registrar a V.Exa., para concluir, que esse grupo, essa ONG que presta esse serviço odontológico e que possui ônibus aparelhado que vai às periferias está se desfazendo do ônibus e está abandonando, porque acha que dizer que trabalha em ONG significa dizer que está fazendo malversação de dinheiro.

Realmente, 1% ou 5%, não sei que percentual, age de má-fé e desconstruiu o resto. E 97%, 98% ou 99% de ONGs trabalham sério. Então, essa desconstrução da imagem das ONGs é um problema grave, porque nós sabemos que ir à periferia para prestar tratamento dentário de maneira voluntária a quem não tem oportunidade é muito diferente dessas discussões de plenário da Câmara ou de gabinete de secretário ou de governo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Sr. Presidente, antes de encerrar, eu só queria fazer um rápido registro. Ontem, nós assistimos aqui a visita do companheiro Toninho, que veio entregar pelo PSOL não uma representação, mas uma nota, um *release* – não sei exatamente o tipo de documento, porque não tive o acesso a ele – à Presidência desta Casa dizendo as providências que o PSOL vai adotar.

Ora, Sr. Presidente, conheço o militante Toninho, sei da sua responsabilidade, da sua idoneidade, tenho o maior apreço por ele e por toda a direção do PSOL. Eu acho que política se faz com ideias, mas se faz também com respeito. Eu quero registrar, Sr. Presidente, que, em momento nenhum, um partido como o PSOL, que tem representação no Senado, que tem representação na Câmara Federal – por sinal, alguns amigos pessoais meus –, não seria tirado dele o direito de pedir qualquer informação, qualquer proposta de CPI, qualquer proposta de convocação de autoridade, seja do Ministério do Esporte ou da Anvisa, para aprofundar, rastrear a própria gestão Agnelo frente à Anvisa ou frente ao Ministério do Esporte.

Nós não vamos permitir que o papel e a responsabilidade do Governo do Distrito Federal perante a sociedade e o papel desta Casa perante a sociedade sejam danificados por manchetes que não têm o devido respaldo e a devida comprovação de documentos, de gravações ou elementos que consubstanciem essas informações. Temos que ter o mínimo de responsabilidade, não cair na leviandade, saber respeitar aquilo que vem com o devido respaldo e substância em seu conteúdo e, aí sim, fazer a devida apuração e o devido desdobramento.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, caros Deputados, eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, protocolei um requerimento para convidar o Sr. Paulo Tadeu, Secretário de Governo, e o Sr. Rafael Barbosa, Secretário de Saúde, para esclarecerem as denúncias que são vinculadas na imprensa nacional.

Eu também gostaria de dizer aqui – já que o Deputado Wasny de Roure defende tanto o esclarecimento, a ordem – que seria importante que os Deputados analisassem a questão de assinarem, sim, a CPI do Segundo Tempo. Se houver alguma coisa, acabam de vez os rumores; ou então que se dê à sociedade do Distrito Federal uma resposta digna, e esta Casa precisa, neste momento, fazer isso.

É isso o que eu queria dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputada Liliane Roriz.

Dou por encerrados os Comunicados de Líderes, mas antes de passarmos aos Comunicados de Parlamentares, eu quero esclarecer algumas questões para todos os Parlamentares que estão aqui presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Começo lendo o art. 83 do Regimento Interno, já que cada Parlamentar tem a sua assessoria para fazer esse levantamento e, inclusive, auxiliá-lo: "Seção VII – Das Reuniões. Art. 83. As Comissões permanentes reunir-se-ão: I – ordinariamente, às segundas, terças e quartas-feiras, em horário estabelecido na reunião de sua instalação, fixada por acordo dos Líderes e dos respectivos Presidentes, de maneira que a reunião de uma Comissão não coincida com a de outra, ainda que em sentido parcial; II – extraordinariamente, quando com esse caráter for convocada pelo respectivo Presidente, de ofício ou a requerimento de pelo menos um terço de seus membros, para horário que não coincida com as sessões ordinárias ou extraordinárias da Câmara Legislativa ou com reuniões ordinárias de outras Comissões." Continuo: "§ 2º As reuniões extraordinárias serão comunicadas a todos os Deputados Distritais, com antecedência mínima de doze horas, designando-se, no aviso de convocação, dia, hora, local e objetivo. § 3º A pauta da reunião da Comissão será organizada por seu Presidente, de acordo com os critérios estabelecidos, no que couber, para a Ordem do Dia das sessões da Câmara Legislativa. Art. 84. As reuniões serão públicas, podendo ser reservadas ou secretas, por deliberação da Comissão, a requerimento de um terço de seus membros."

É isso o que diz o Regimento Interno da Câmara Legislativa.

Leio isso para deixar claro aos Parlamentares, aos servidores da Casa e à imprensa em geral que não houve nenhuma reunião do Poder Legislativo, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa no dia 23.

Vou ler agora o art. 78, inciso XXX: "XXX – receber petição, reclamação ou representação de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública e adotar o procedimento regimental adequado."

E aí me refiro ao que os Parlamentares disseram aqui: durante o período da Caixa de Pandora todas as reuniões tiveram o período mínimo de 12 horas – Deputado Chico Leite, V.Exa. era Parlamentar nesta época e eu estava como Presidente interino –, e nós não fizemos nenhuma reunião secreta.

O Durval Barbosa, delator do Mensalão do DEM ou da Caixa de Pandora, foi ouvido fora da Câmara Legislativa, mas não foi porque qualquer Deputado ou Presidente de comissão quis, foi uma ação institucional da Câmara Legislativa com a Polícia Federal. Foi encaminhado um ofício que foi publicado no Diário da Câmara Legislativa e foi feito contato com a Polícia Federal, garantindo assim a segurança dos Parlamentares e do interrogado Durval Barbosa. Foram credenciados Parlamentares pela Presidência desta Casa e apenas estes tiveram acesso à sede da Polícia Federal. Só tiveram acesso ao depoimento os assessores de comunicação credenciados pela Presidência desta Casa, porque fora da Casa as comissões ou reuniões são institucionais, passam pela Presidência e pela Câmara.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Na Câmara Legislativa existe uma Mesa Diretora deliberativa, é bom deixar claro isso aqui, e nem mesmo o Presidente toma atitudes isoladamente. Todas as reuniões da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar que levaram à cassação e à renúncia de Deputados, ou à queda do ex-Governador Arruda, ou à renúncia do ex-Governador Paulo Octávio, foram publicadas no Diário da Casa, foram publicizadas. Tudo foi feito dentro do Estado Democrático de Direito, sem pressão de ninguém.

E qualquer Parlamentar tem não só o direito, mas, ao receber qualquer denúncia, qualquer informação de agente público ou autoridade pública, tem o dever de convocar a reunião da referida comissão para pegar depoimento, oitiva de quem delata, e de providenciar a comunicação por meio desta Casa de forma oficial, porque temos uma (Ininteligível.) oficial, para garantir a segurança de quem vai ser interrogado. É assim que o Poder Legislativo procede. Esta Presidência, a Mesa Diretora e este Poder Legislativo não vão aceitar que haja reuniões secretas ou fora da Casa sem cumprir a Lei Orgânica, o Regimento Interno ou a Constituição Federal.

Eu vou continuar agindo da mesma forma que agi no período da Caixa de Pandora, com isenção, tranquilidade e equilíbrio, cobrando dos Parlamentares a publicidade e o compromisso ético que cada um faz ao tomar posse no Plenário desta Casa.

Qualquer reunião há sete ou dez dias deveria ter sido comunicada à Câmara Legislativa, à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ou a qualquer outra comissão que investiga para que fosse colhida a oitiva, encaminhada aos órgãos competentes, seja Polícia Civil do Distrito Federal seja Polícia Federal, até mesmo por meio da Coordenação de Polícia Legislativa, COPOL, pois ela existe aqui e já fizemos flagrantes nesta Casa nesta legislatura. Estou falando isso para deixar muito claro que esta Presidência e a Mesa Diretora não vão se furtar a apurar quaisquer que sejam os fatos.

Deputado Wasny de Roure, respondendo a V.Exa., eu determinei que não fosse repassado o documento entregue pelo PSOL a nenhum Deputado. Foi determinação da Presidência desta Casa, porque compete ao Presidente, quando recebe, deliberar sobre pedido de *impeachment* ou sobre representação contra parlamentar. Isso está no Regimento Interno desta Casa e na Lei Orgânica. O que o PSol pediu foi um processo de investigação. Eu, como Presidente, recebo qualquer partido ou autoridade pública de maneira pública, tanto que foi aberta a sala da Presidência. Eu disse claramente aos representantes do PSOL que qualquer comissão parlamentar de inquérito para ser instalada nesta Casa precisa de requerimento de Parlamentar no exercício do mandato, com oito assinaturas de Parlamentares, porque esta Casa não vai burlar o Regimento Interno, a Lei Orgânica e muito menos a Constituição Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Para deixar esse assunto encerrado, vou lembrar novamente, como tenho lembrado aos veículos de comunicação, que se quiséssemos, na legislatura passada – o Deputado Chico Leite era Deputado aqui – teríamos dado posse a um deputado para ser governador do Distrito Federal, porque assim previa a Lei Orgânica do Distrito Federal. Mas esta Casa, de maneira altiva, mudou isso através de um ato, de acordo com a Constituição Federal. Fez a eleição indireta, garantindo a ocupação do cargo que estava em vacância por período determinado de oito meses para que a sociedade do Distrito Federal pudesse escolher de maneira direta e legítima pelo voto os seus representantes do Poder Legislativo e do Poder Executivo. É assim que esta Casa vai continuar se comportando, seguindo a legislação em vigor e não se curvando a nenhuma pressão de quem quer que seja, de nenhum meio, de nenhum segmento social, sindical ou de qualquer pessoa. Esta Casa continuará agindo de maneira autônoma e independente e garantirá o exercício da democracia. Não se coloca nem se tira qualquer pessoa do poder, seja parlamentar por quebra de decoro seja governante do Poder Executivo sem que haja provas contundentes para que esta Casa possa julgar. Não existe outro Poder que faça o julgamento que não seja o Plenário desta Casa, inclusive através do voto aberto, Deputado Chico Leite, um projeto de autoria de V.Exa. É bom lembrar aqui.

Por isso, esta Casa, que trouxe a normalidade política no ano de 2010, vai continuar garantindo a democracia no Distrito Federal.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa., em acordo com os pares, pois já foi falado nos Comunicados de Líderes, que pudéssemos abrir mão dos Comunicados de Parlamentares e passássemos para votação dos projetos.

Em tempo, eu gostaria de cumprimentar todo o pessoal da carreira de fiscalização tributária presente aqui hoje. Esperamos em breve que efetivamente o projeto possa tramitar nas Comissões e que possamos apreciá-lo para melhorarmos a arrecadação no Distrito Federal.

Sr. Presidente, faço esse pedido a V.Exa. para que os pares abram mão e passemos à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Certo, Deputado Rôney Nemer. Então, eu vou pedir ao Plenário que delibere sobre a solicitação de V.Exa. Se os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Parlamentares não abrirem mão de falar, daremos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Wellington Luiz, o Deputado Dr. Michel, o Deputado Cláudio Abrantes e outros Deputados querem falar. Então, vamos dar continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha falação é pequena. Eu gostaria apenas de registrar os parabéns à nossa Comissão de Licitação. O Ministério Público, na questão da licitação da nossa verba, da publicidade da Câmara Legislativa, deu dois pareceres favoráveis, elogiando a nossa licitação. O Tribunal de Contas do Distrito Federal também elogiou a nossa licitação da publicidade e até recomendou ao GDF que acompanhasse o modelo de licitação feito por nossas comissões.

Então, eu não poderia deixar, neste momento, de dar os parabéns à nossa Comissão de Licitação, que tem feito um trabalho belíssimo e essencial para o desenvolvimento desta Casa, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Olair Francisco. É de bom grado que ouço isso de V.Exa, que já questionou tantas vezes a publicidade desta Casa no primeiro semestre. Fizemos tudo dentro da legislação, inclusive.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Só queria agradecer, não estava presente no momento, a referência de V.Exa. ao falecimento do nosso funcionário da Terceira-Secretaria, o taquígrafo Ronaldo Luiz Leite de Freitas, e dizer do sentimento do Terceiro-Secretário, da Terceira-Secretaria desta Casa. Era só isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação à Mesa. Em função da reunião de líderes hoje no início da tarde, com todos os líderes na reunião, ficou acordada a apreciação dos PLCs nºs 18/2011 e 20/2011 e dos PLs nºs 484/11, 617/11 e 620/11, itens extrapauta a serem votados no dia de hoje. Eu pediria a V.Exa. a inclusão extrapauta desses cinco projetos de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que inclua como itens extrapauta os projetos solicitados pelo Deputado Wasny de Roure, líder do Governo.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria também de solicitar que fosse incluído na Ordem do Dia, como item extrapauta a ser apreciado hoje, o Requerimento nº 893, que trata de uma sessão solene em comemoração ao 30º aniversário do CIEE no DF. Comemoraremos essa data agora no dia 24 de novembro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Rôney Nemer, requerimento de sessão solene é aprovado na Mesa Diretora. Pode encaminhar à Mesa para aprovação.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Eu queria solicitar a V.Exa. que incluísse a Moção nº 166, de 2011, na pauta de votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que faça a inclusão da matéria na pauta.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os profissionais da carreira tributária e reafirmar meu compromisso com a reestruturação. Contem comigo! Já me manifestei em relação a isso e os senhores conhecem meu posicionamento. Brasília muito ganhará com a aprovação desse projeto. Da mesma forma, nosso apoio ao pessoal do Detran.

Sr. Presidente, conhecemos a gravidade do momento. Quero registrar que a Polícia Civil do Distrito Federal, da qual tenho o prazer de ser oriundo, de estar há mais de vinte anos, de ter presidido o sindicato por doze anos, não é uma polícia de governo, é uma polícia de Estado. Todas as investigações serão feitas, como sempre foram, na maior lisura possível, para que a verdade venha à tona, como a sociedade bem espera.

Quero abrir um parêntese para algo que também reputo extremamente grave e importante, inclusive para ouvir V.Exa. Fui hoje surpreendido com uma entrevista de V.Exa. no jornal *Alô Brasília*, em que algumas perguntas são feitas a V.Exa. Espero eu, acredito, que jamais tenham saído de sua boca palavras tão graves como essas, o que me causa estranheza. Vou ler para que todos conheçam o contexto e para que possamos entender.

É uma entrevista que saiu no jornal de hoje, da repórter Lorena Pacheco. Um dos itens: “O governador afirmou na última sexta-feira que sua base é ‘superconsolidada’. Mas três estão em ‘greve’ e outros saem do plenário quando os projetos começam a ser lidos. Na verdade não são 19 na base. São 11. Ou não?”

V.Exa. teria dito: “Você tem alguma dúvida que os ‘grevistas’ vão voltar a votar? É porque ainda não foi tomada nenhuma atitude prática da liderança do governo. A liderança tem que colocar no colégio de líderes o que é pra votar. Quem não votar como a base do governo é o quê? Não é base. Com grevista faz o quê?”

A jornalista pergunta: “Corta o ponto?” V.Exa. teria respondido: “Todas as vezes que eu os chamei para votar, eles votaram. Se não votar, é só ver o Diário Oficial do dia seguinte. É assim que funciona. O governo local não pode dar reajuste, você acha que o governador vai insistir em uma posição contra a presidente Dilma?”

A repórter pergunta: “Mas e o compromisso que a Secretaria de Administração assinou com as categorias da Polícia Civil? Se não iam cumprir, era melhor não ter prometido nada.” E V.Exa. responde: “Eles assinaram o compromisso porque era a única maneira de acabar com a greve em abril.”

Primeiramente quero entender o que significa, se é que foi dito por V.Exa., o “Diário Oficial de amanhã”. Eu gostaria de saber se nesta Casa há troca. Eu gostaria de saber de V.Exa., se é que disse, o que significa o “Diário Oficial de amanhã”. E a minha categoria quer saber, acho que Brasília quer saber também, Sr. Presidente, se esse documento foi assinado para enganar a categoria e a sociedade. Aí fica a pergunta, e merecemos uma resposta. Temos uma assembleia na quinta-feira na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

qual tentaremos, de todas as formas, buscar uma saída para o movimento. Acho que isso aqui incendiou o que já estava totalmente torrado, porque dizer que é um compromisso do governo e que só foi feito para acabar com o movimento significa dizer que a categoria dos policiais foi enganada.

Então, eu gostaria de saber de V.Exa. se essas palavras foram ditas e o que significa, caso V.Exa. confirme, “Diário Oficial de amanhã” e a assinatura apenas para que o movimento se encerrasse.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Sem revisão do orador.) – Fico estarecido ao ver um jornal trazer palavras como essas. Mas quero crer que V.Exa., como Presidente desta Casa, pode ter falado essas palavras num momento de descontração, pois, conhecendo-me como V.Exa. conhece, Parlamentar que sou de primeiro mandato, delegado de polícia proficiente como fui, não admito que ninguém, nem V.Exa., como Presidente desta Casa, tente me ameaçar mandando olhar o Diário Oficial do outro dia.

Eu desafio não só V.Exa., mas qualquer um aqui a me mandar olhar no Diário Oficial e ver acontecer alguma coisa. Fui eleito pelo voto popular. No Diário Oficial, não vai haver a minha demissão. Vejo o Diário Oficial todos os dias e não tenho medo, V.Exa. pode ter certeza. Quero crer que V.Exa. não teve a intenção de macular a imagem deste Deputado.

Estamos obstruindo a pauta, para que façamos valer aquilo que foi prometido pelo Governo aos policiais. Os policiais não estão pedindo nada além do que foi oferecido. “Nada combinado não é caro nem barato, é no preço.” Se o Governo não tinha condições de cumprir aquilo que falou, que não colocasse no papel nem assinasse.

Estou me sentindo um palhaço sentado aqui, neste momento. Subir em um caminhão e ser chamado de xerifão que pede pelo amor de Deus para acabarem com a greve, com um papel que não tinha validade, é uma vergonha para mim. Diante dos meus pares, hoje, estou sendo até achincalhado por um papel que levei à frente e que não tinha valor.

Agradeço a V.Exa. ter-nos dito isso. Agradeço mesmo, porque se aquele papel realmente não tinha valor, V.Exa. tem toda razão em ter dito. Vou dizer ao senhor: um papel desse aí, eu não faço. Ainda sou da época em que não se precisava assinar, bastava falar. Sou da época de tirar um bigode, botar aqui e tem que valer!

Acreditei e acredito ainda neste Governo! Não vai ser porque V.Exa., em um momento de descontração ou qualquer outra coisa, disse isso, que vou deixar de acreditar. Se o Governo botou no papel, ele tem que garantir aquilo que fez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Sabemos que Brasília está passando por um momento de muitas dificuldades. A Polícia não é nenhuma insana e sabe que o aumento está muito difícil. Mas não é só de aumento que ela está atrás. Em momento algum, a Polícia Civil foi atrás de aumento. Ela foi atrás da reestruturação da carreira, que V.Exa. sabe o quanto é primordial.

V.Exa. ficou aqui quanto tempo – não sei nem o nome, porque não li –, tirando as coisas de pauta, para fazer valer o direito da Polícia Militar, da qual é oriundo e por quem luta? O que faço hoje – acredito que o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Cláudio Abrantes também – é lutar por uma categoria que dá a vida pelo povo. Quero crer que V.Exa., ao botar a mão na consciência, vai saber que um fato como este é penoso para um Deputado: subir em um caminhão e pedir pelo amor de Deus para a Polícia voltar a trabalhar e acreditando na palavra que empenhamos. Não fui só eu, não, mas o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Cláudio Abrantes. Nós subimos e empenhamos nossa palavra, para que os policiais voltassem a trabalhar e dessem segurança à população.

Hoje, vejo uma reportagem como esta, trazendo tudo à tona. Que cara terei eu para, na quinta-feira, subir em um caminhão e levar a nova proposta deste Governo, meu Líder? Como é que eu faço agora para levar essa nova proposta? Vou ser apedrejado como Geni. Se já não bastasse o apedrejamento de que hoje é vítima a Câmara Legislativa. Hoje, quando falo que sou Deputado Distrital, sou apedrejado em todos os cantos. Como delegado, as pessoas me respeitavam, mas, como Parlamentar, não me respeitam. Como vou dizer à categoria que aquele papel pelo qual pedi que eles voltassem a trabalhar era enganoso? Não possa acreditar nisso. Não posso e não quero acreditar.

Não sou homem de desafiar ninguém, não, e não estou desafiando V.Exa., mas vou me levantar agora, sair do plenário e não vou votar. Vou olhar o Diário Oficial de amanhã para saber se estarei exonerado. Um homem como eu, eleito, em primeiro mandato, com 13.256 votos, não pode ser exonerado dessa forma. Só quem pode me cassar é o povo. Espero que V.Exa. esteja falando do meu mandato. Se for de algum cargo que eu tenha no Governo, podem me exonerar e também todos os outros, porque eu não vou votar. Será leviandade do Governo fazer isso comigo, porque apoiá-lo como estou apoiando... acredito que é preciso ser muito macho para subir em um caminhão e levar uma vaia de 1.200 policiais. Enquanto não houver uma denúncia consistente contra o Governador, eu não assino a CPI. São poucos machos que fazem o que fiz. Se houver alguma coisa contra o Governador, V.Exa. pode ter certeza de que serei o primeiro a ir às ruas pedir a saída dele. Mas, por denunciismo, não. Não caio em denunciismo, porque um delegado de polícia vive de prova. Tem que haver prova. Está um imbróglcio danado se é verdade ou não. Por isso é que não podemos fazer injustiça. E estão fazendo injustiça agora, com a Polícia Civil. Assim como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que tem o Deputado Aylton Gomes como representante, são os melhores no Brasil,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

quicá no mundo, defendo a Polícia Civil desta unidade da federação também como uma das melhores do mundo. Veja o índice de solução dos crimes que acontecem hoje!

Peço a V.Exa. que dê uma olhada nisso aqui que foi dito – V.Exa., um dia, disse que não era meu amigo, mas meu colega, mas tudo bem, eu sou seu amigo – e nos ajude, na quinta-feira, a acabar com a greve da Polícia Civil levando a nova proposta do Governo e dizendo que ela não é igual àquela, que foi mentirosa, segundo este jornal. Do contrário, vou dizer uma coisa a V.Exa: a cidade vai pegar fogo, e isso não é interessante nem para o Governo nem para a população. A categoria está em polvorosa. Em vez de jogarem um balde de água, jogaram um litro de gasolina em cima deles. Não vou pedir pelo amor de Deus porque, outro dia, ele caiu por terra, mas conclamo V.Exa. a nos ajudar na quinta-feira, na assembleia, levando um documento que realmente diga a verdade, a fim de que possamos pedir de novo aos policiais que parem com a greve. V.Exa. sabe o que é greve, porque foi um defensor da Polícia Militar, é um defensor das classes minoritárias e já ficou preso por causa de uma greve. V.Exa. não pode, neste momento, querer falar o que está dito neste jornal. Se V.Exa. falou, deveria se retratar, porque nem eu, nem o Deputado Cláudio Abrantes, nem o meu amigo Deputado Wellington Luiz merecemos isso, muito menos a Polícia Civil. Muitas vezes, no afã de uma brincadeira, falamos coisas. Eu já falei algumas coisas aqui, brincando, e saiu no jornal também. Quero acreditar que V.Exa., pelo homem que foi na Polícia Militar, pelo cabo que foi – se muitos generais tivessem sido o cabo que V.Exa. foi, pode ter certeza de que teríamos um exército ou uma polícia muito boa. V.Exa., hoje, é um representante legal da Polícia Militar, quicá da segurança pública, e falou isso em um momento de descontração. Se foi em um momento de descontração, quero dizer que V.Exa. está perdoado, mas se não foi, pode ter certeza de que não irei perdoá-lo. Dê-me licença, que estou me retirando.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Dr. Michel, antes de V.Exa. se retirar, quero que a taquiografia registre a fala como questão de ordem. Primeiro, porque Comunicados de Parlamentares não têm aparte, e o Regimento tem que ser cumprido. No meio da falação de um Parlamentar, isso não pode. Em Comunicados de Parlamentares, não pode, Deputado Rôney Nemer. V.Exa. tem mais experiência do que eu. É o Regimento Interno da Casa. O Deputado Wellington Luiz não terminou. Tanto que está na tribuna até agora. E está ali o Deputado Cláudio Abrantes pedindo para falar também. Então, não é questão de ordem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Se for o caso, eu encerro. Se for para dar legitimidade, eu encerro. Eu tinha muito mais coisas para dizer, mas eu encerro.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wellington Luiz, eu deixei porque fui complacente com todos os Parlamentares. Estou aqui para ouvir qualquer Parlamentar que quiser falar, em qualquer situação. Como eu disse ao Deputado Wasny de Roure, recebo qualquer pessoa, qualquer partido, qualquer autoridade e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

também os ouço. Mas quem diz o que quer, ouve o que não quer. Não há nenhum problema. Não vou nem rebater as palavras que o Deputado Dr. Michel falou aqui. Primeiro, porque não quero fazer com que os Parlamentares voltem atrás em algumas coisas que falaram. Não quero botar mais fogo ainda nisso. Quem conhece a minha história sabe que não preciso nem rebater.

Se V.Exa. terminou, será questão de ordem do Deputado Cláudio Abrantes; se não terminou, V.Exa. continua nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, vou encerrar, Sr. Presidente, esperando, como disse o Deputado Dr. Michel, que haja uma resposta para isso. E também convido V.Exa., caso tenha dito isso, para ir ao carro de som, na assembleia de quinta-feira, às 15 horas, dizer à Polícia Civil que o próximo documento do Governo será verdadeiro, porque o passado foi falso. E se assim for, eu tenho certeza absoluta... Que o senhor, que esteve em cima dos nossos carros de som por várias e várias vezes antes de ser eleito Deputado, possa dar uma explicação para a categoria. E, por último, gostaria de perguntar, já que é tão dito aqui, se aqui não é o puxadinho do Governo, mas pelo que está dito aqui, não é puxadinho do Governo não, aqui é uma casa geminada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wellington Luiz, respondendo V.Exa., eu não só estive no carro de som quando não era Deputado, como estive também depois como Deputado, várias vezes. E não me furto ao debate com nenhum segmento profissional. Tanto é que eu puxei movimento em assembleia em frente ao Palácio do Buriti e dentro do auditório desta Casa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos aqui sabem do meu temperamento tranquilo, eu não sou de fazer alardes. Mas eu não poderia deixar de me manifestar, Sr. Presidente, ainda mais vendo a manifestação dos meus colegas. Esse era um assunto que eu inclusive achava que poderia tratar pessoalmente com V.Exa. Mas diante do que os colegas falaram... E eu não posso, neste momento, deixá-los a ver navios, porque realmente o que hoje está colocado no jornal *Alô Brasília*, para mim, é de uma gravidade tremenda. Porque da forma que está colocado é um tremendo desrespeito a companheiros, a parceiros, a colegas de trabalho e por que não dizer a companheiros de base, que se esforçam dia a dia aqui.

É inegável que temos uma crise instalada. E como base, temos dado sustentação para o Governo. Hoje, os jornais noticiam a dificuldade que a população está passando. Uma greve que inclusive já tem interpelação na Justiça. E que a Justiça diz que é legal, ela reconhece o direito de greve. Não é ilegal não. É legal. A Polícia Civil tem atendido às determinações da Justiça para se enquadrar nessa legalidade. Agora, é muito difícil ouvir e nós ouvimos hoje, inclusive eu ouvi da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

minha própria voz ao fazer a leitura de que, veladamente, estamos sendo enquadrados.

Quero dizer em alto e bom tom aqui para qualquer pessoa, para qualquer presidente, seja do meu partido, seja desta Casa, seja o Governador, seja quem quer que seja: eu não aceito enquadramento! Nunca fui enquadrado por delegado chefe, por qualquer chefe que seja. Eu fiz greve na Polícia Civil quando eu tinha três meses de Polícia Civil. Então, eu tenho toda a tranquilidade do mundo e respeito cada Deputado aqui, mesmo aqueles com os quais tenho posições antagônicas. E eu nunca, em hipótese nenhuma, vou querer enquadrar um Deputado, porque ele só deve obrigação ao povo, aos seus eleitores, ao povo do Distrito Federal.

Então, se o que está posto no jornal é verdade, eu acho que nós temos no mínimo um desrespeito triplo. Um desrespeito aos Parlamentares, aos três Parlamentares que estão envolvidos nisso; à categoria da Polícia Civil e porque não dizer ao Governo. Porque está se afirmando ali que o Governo produziu um documento falso para enganar uma categoria, para acabar uma greve da Polícia Civil. E agora, nós, três Deputados Distritais, estamos colhendo as consequências de credibilidade. A pior coisa que pode acontecer a um Parlamentar é ter dificuldade de credibilidade na sua base. E hoje, se ainda não existe isso conosco, eu, o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Dr. Michel, é porque nós estamos no carro de som, estamos defendendo a categoria. Ainda ontem passamos praticamente a tarde toda em reunião na OAB tentando uma solução para a greve. E quando tudo se encaminha para uma proposta concreta, essa entrevista coloca fogo na categoria e gera em nós – Sr. Presidente, V.Exa. sabe da relação que tenho contigo –, coloca em nós uma profunda indignação e a sensação, eu falo por mim, de também ter sido enganado. Se este documento que foi produzido em abril é fajuto, me causa a sensação de ter sido enganado pelo Governo. E assim como falou o Deputado Dr. Michel, pois temos um compromisso com a categoria, eu digo em alto e bom tom e a imprensa pode publicar: eu vou me retirar nas votações do governo, eu vou me retirar nas votações do Governo. Eu vou me retirar das votações do Governo e quero ver o Diário Oficial de amanhã também. E não é firula, não é mágoa. É uma questão de termos de ser respeitados.

Então, quero deixar claro isto: o que for de interesse da sociedade, eu vou votar. Agora, aquelas matérias que forem única e exclusivamente de interesse do Governo, eu me retiro do plenário para dar apoio à minha categoria enquanto houver greve. E vou ficar olhando o Diário Oficial todos os dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – V.Exa. pode não só olhar o Diário Oficial, como também pedir à Assessoria para ajudá-lo.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer, para questão de ordem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer aqui um apelo aos nobres pares, principalmente ao Deputado Cláudio Abrantes e ao Deputado Wellington Luiz.

Realmente nós também ficamos chocados. Como Líder do Bloco, nós também ficamos assustados com essa colocação do Deputado Patrício de olhar o Diário Oficial. Até porque são Poderes independentes. Legislativo, onde nós estamos é uma coisa, Executivo é outra. E nessa toada, o nosso Presidente não tem autoridade nenhuma para falar em nome do Executivo, dizer que este documento não tem valor legal, Deputado Cláudio Abrantes, Deputado Wellington Luiz e Deputado Dr. Michel.

Eu pessoalmente liguei hoje de manhã para o Governador Agnelo Queiroz e para o Vice-Governador Tadeu Filippelli e eles confirmaram que aquele documento foi um documento no qual eles se comprometeram em buscar junto ao Governo Federal melhoria para a categoria da Polícia Civil, porque efetivamente o Governo do Distrito Federal não tem esse poder de dar o aumento, porque o recurso vem da União. Então, eles reafirmaram o compromisso hoje e aí o nosso Presidente da Casa não pode falar em nome do Executivo. Um equívoco. O que eu acho que ele disse aqui e eu conversei com ele é que efetivamente o Governo assumiu esse compromisso de buscar junto ao Governo Federal o quem vem tentando fazer e continuará tentando. O mais importante é que são Poderes distintos. Não podemos passar para o Executivo, na boca do Governador Agnelo e do Vice Filippelli, uma coisa que foi falada pelo nosso Presidente da Casa. Tem de haver essa separação. Hoje eu passei a manhã falando com os dois, conversando com os dois Deputados oriundos da Polícia Civil do nosso Bloco, Deputado Wellington Luiz e Deputado Dr. Michel.

Então, temos de fazer esta separação. Deixar decantar um pouco. Tirar a passionalidade e efetivamente ver que houve um problema. Se houve, interno aqui nosso, é entre a colocação do Presidente e nós Parlamentares. Agora, não podemos efetivamente levar esta culpa para o Executivo.

E quero aqui pedir a V.Exa. que nós possamos votar os projetos como nós combinamos, do Item nº 1 ao nº 5, não sei qual o número, bem como os projetos de Parlamentares também, para que a gente possa efetivamente aprovar coisas de interesse da sociedade. Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme entendimento com V.Exa., eu gostaria que fosse incluído – tendo em vista que não foi aprovado nenhum PDL de minha autoria este ano – o de nº 57, de 2011;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

e os de nº 73 e 74, de 2011, na pauta de hoje. Informo também que já foram concluídas as votações nas comissões correspondentes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – Acato o pedido de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que faça a inclusão extrapauta. Deputado Agaciel Maia, como vai se buscar nas comissões, eles ficam incluídos na pauta, mas para votação a partir de amanhã.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a proposta do Regime Jurídico que chegou a esta Casa... V.Exa. mencionou que tinha uma reunião comigo... Esta proposta, de suma importância, chegou para mim na segunda-feira à noite. Portanto, V.Exa. disse que vai ser colocado na comissão de amanhã. Não tem como fazer isso que V.Exa. disse aqui no jornal, mesmo porque eu quero ouvir todas as...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – Na Comissão de amanhã, não, preste atenção, Deputada.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – O Senhor disse aqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – Eu ia fazer a reunião com V.Exa., não houve a reunião ontem, V.Exa. não esperou, porque eu estava dando entrevista. Fica para entrar na Comissão, e o projeto só vai ser votado em plenário depois que tramitar nas comissões.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Mas essa reunião...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – O que eu garanti para a repórter é que no dia 1º o Governador vai sancionar. E vai.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – É importante dizer que eu quero escutar todas as...

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – Estou falando aqui no plenário, para que ela possa gravar e colocar. No dia 1º de janeiro, ele vai sancionar.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, eu quero escutar todas as categorias do Distrito Federal nesta matéria. Portanto, não tem pressa hoje, já que não tem como, V.Exa. mesmo disse, no Regimento Interno, se passar por cima das comissões. Era só isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRICÍO) – Deputada Liliane Roriz, então deixa eu esclarecer para V.Exa. De acordo com o Regimento Interno, não precisa passar pelas comissões, o Presidente tem a prerrogativa de incluir na Ordem do Dia ou não, desde que haja acordo no Colégio de Líderes para ser votado. O que estamos fazendo desde o início desta Legislatura é conversando com todos os segmentos profissionais, segmentos sociais, segmentos sindicais, discutindo nas comissões,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

fazendo audiências públicas, comissões gerais nas quintas-feiras, para melhorar os projetos que vêm do Executivo e trazendo a votação para o plenário depois que tiverem tramitado nas comissões.

Agora, o Deputado fala o que quer. Ninguém passou e eu nunca passei por cima de comissão alguma. E vou começar a dar resposta para cada Deputado de acordo com o Regimento Interno. Não passei por comissão nenhuma. Os projetos que tiveram a votação em plenário sem a tramitação em comissão foram acordados pelos Líderes dos blocos, porque o Colégio de Líderes é soberano. E o Deputado que escolhe o Líder do seu bloco tem que acatar e aceitar ser liderado. Porque, se não aceitar, saia do bloco. Saia do bloco e não aceite ser liderado, fique sozinho, mas a decisão do Colégio de Líderes é trazida a plenário e vai ser colocada em votação. E assim o Colégio de Líderes vai continuar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu pediria a inversão de pauta com relação aos projetos extrapauta, se houver concordância, se conseguiríamos votá-los primeiro em relação aos demais, porque creio que há alguns conflitos com relação aos projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Estão presentes 16 Deputados.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens de nº 01 a 19, os vetos, da Ordem do Dia e votar as proposições constantes da pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente Patrício acabou de acolher uma solicitação de inversão da pauta em relação aos itens extrapauta. Portanto, eu tenho o entendimento de que os primeiros itens são os itens extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Pois não, Deputado, mas há acordo para a votação?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu acredito que sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Eu vou consultar os Líderes para que possamos fazer a votação.

Deputado Chico Vigilante, tem acordo?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Deputado Rôney Nemer, tem acordo?

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O Deputado Aylton Gomes não está. O Deputado Prof. Israel Batista está de acordo.

Deputada Eliana Pedrosa... Eu não estava presente à reunião, mas estou de acordo.

O Deputado Wasny de Roure já está de acordo.

Então, podemos fazer a votação e a inversão da pauta.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 617, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.196.284,00 (sessenta e cinco milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais)”.

O projeto já teve a sua tramitação concluída nas comissões. Foram apresentadas 11 emendas de plenário, em primeiro turno.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 617, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.196.284,00 (sessenta e cinco milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais)”.

Sr. Presidente, foram apresentadas 11 emendas. O nosso parecer às referidas emendas é o seguinte: as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 – com subtítulos diferenciados –, 8, 9, 10 e 11 estão aprovadas.

Este é, portanto, Sr. Presidente, o nosso parecer, aprovando as 11 emendas de plenário ao referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 617, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 620, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 41.716.308,00 (quarenta e um milhões, setecentos e dezesseis mil, trezentos e oito reais)”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O projeto já teve a sua tramitação concluída nas comissões.

Em discussão o Projeto de Lei nº 620, de 2011, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 484, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a participação e remuneração dos membros da Banca Examinadora de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O projeto já teve a sua tramitação concluída nas comissões.

Foi apresentada uma emenda de plenário, em 1º turno.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Para ganhar tempo, vamos passar ao próximo item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta área pública de uso comum do povo no Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, na Região Administrativa do Lago Sul – RA XVI, e dá outras providências”.

A tramitação foi concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “define os parâmetros de uso e ocupação de solo para o Lote 1 da Quadra 3 do Setor de Administração Federal Sul – SAF/Sul, na Região Administrativa de Brasília – RA I”.

Tramitação concluída nas comissões.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Pergunto aos Líderes se há acordo para votar o Projeto de Lei nº 484, o projeto da emenda. Vai ser retirada a emenda? Como vamos fazer?(Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há acordo com relação ao projeto da banca examinadora do Detran; creio que podemos entrar em análise e em votação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 484, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a participação e remuneração dos membros da banca examinadora do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF e dá outras providências”.

A tramitação já foi concluída nas comissões. Foi apresentada uma emenda de plenário em primeiro turno.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda apresentada. (Pausa.)

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e do Deputado Chico Leite, apresentadas ao Projeto de Lei nº 484, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a participação e remuneração dos membros da banca examinadora de trânsito do Distrito Federal – Detran/DF e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Das duas emendas? A primeira é de autoria da Deputada Eliana Pedrosa e a segunda é de autoria do Deputado Chico Leite, que foi apresentada agora?

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sim, Sr. Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir destaque da Emenda nº 1, para que ela seja apreciada nominalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Pois não. Emenda nº 1 com destaque, para apreciação em separado.

Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Ressalvado o destaque, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas apresentadas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, eu pedi destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Será depois da votação. (Pausa.)

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 484, de 2011, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a participação e remuneração dos membros da banca examinadora de trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós vamos acatar a Emenda nº 2 e rejeitar a Emenda nº 1.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – A votação ainda não terminou, só mais um minuto...

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 484, de 2011. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão a emenda em destaque.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o destaque está prejudicado uma vez que a Comissão de Constituição e Justiça já o rejeitou por incompatibilidade da legislação federal com a legislação local. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. me permite, talvez, a tentativa de esclarecimento?

Na realidade, primeiro votou a comissão de mérito. Nela, as duas emendas foram aprovadas, mas na Comissão de Constituição e Justiça, que é uma comissão terminativa, o projeto foi definido tal como veio a Plenário, ou seja, rejeitando-se uma emenda, aprovando-se outra. A emenda que foi aprovada acopla-se ao projeto tal como colocado à votação, e a outra foi absolutamente rejeitada, de maneira que não há por que votar o destaque. O primeiro destaque feito foi prejudicado. Perdeu-se o objeto. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Aí nós precisamos do relator para ver se ele tem esclarecimento sobre o parecer: se foi pela inconstitucionalidade ou pela rejeição.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, o parecer à Emenda nº 1, a que foi rejeitada, é pela inconstitucionalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2011	15h35min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Sr. Presidente, pergunto se haverá votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Sim, se houver *quorum*.

Com os devidos esclarecimentos, esta Presidência convoca sessão extraordinária após esta para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 617, de 2011; Projeto de Lei nº 620, de 2011; Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2011; Projeto de Lei Complementar nº 20, de 2011; Projeto de Lei nº 484, de 2011.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h50min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 205 – Suplemento, de 11/11/2011, onde consta a íntegra dos expedientes lidos na sessão.